



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE

1 **ATA Nº 17 – REUNIÃO PLENÁRIA – EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **ESTADUAL DE ESPORTE DE SANTA CATARINA – CED:** No dia dois de maio de
3 dois mil e dezesseis as dezessete horas e trinta minutos na sala de reuniões do CED,
4 ocorreu a 17ª reunião plenária extraordinária do Conselho Estadual de Esporte com a
5 presença dos Conselheiros Filipe Melo, Michele de Souza, Alvaro Simão Provesi,
6 Cláudio Beduschi Antonioli, Frank Fred Utech, Frederico Herondino Leite Neto, Luiz
7 Cesar Abrahão, Jeferson Ramos Batista, Jefferson Roberto Seeber, Marcos Cibelli
8 Castiel, Marcelo da Silva Costa, Maria Aparecida Alves, Nilson Roberto F. Cruz,
9 Renato Valvassori, Hercilio Paraguassu Antunes de Freitas, Rodrigo Goeldner Capella,
10 Heverton Luiz Magalhães, Roméris Rubens Reiner, Sérgio Vieira Galdino, Milton José
11 Cunha Junior, Roberto Francisco Wesoloski.// A Presidente abriu os trabalhos
12 cumprimentando a todos os conselheiros em especial o Sr. Secretário de Estado de
13 Turismo, Cultura e Esporte, Filipe Mello.// Assim a Presidente passou a presidência da
14 sessão plenária ao Sr. Secretário Filipe Melo, conforme art. 15 da lei 1467/08.// O Sr.
15 Secretário cumprimentou a todos os presentes, em especial o Conselheiro Presidente
16 da Fesporte Milton José Cunha Junior, que toma posse no conselho no dia de hoje. O
17 Sr. Secretário então agradeceu o convite para participar da plenária do CED e da
18 aproximação do CED com a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte – SOL, disse
19 ainda que tem desejo de se aproximar do CED. Falou também que o esporte
20 catarinense nos une e que quando assumiu a SOL, ele tinha o objetivo pessoal, dentre
21 as três áreas vinculadas à SOL, que fosse reconhecido como Secretário de Esporte.
22 Comentou que desde que assumiu a SOL já é o quarto Presidente da Fesporte que
23 assume, e isso dificulta o desenvolvimento das ações, porém acredita que este é
24 momento – desejo e obrigação – de nos unirmos ainda mais, e fazemos um trabalho
25 para fortalecer o esporte. O Esporte traz muita alegria, tem um grande alcance social.
26 Comentou também que na semana passada recebeu da Secretaria de Estado da
27 Fazenda a liberação financeira para o cumprir o calendário da Fesporte. O Presidente
28 da Fesporte Milton Cunha foi o primeiro dentre os quatro presidentes da sua gestão
29 que o convidou para vir à Fesporte. O Sr. Secretário também comentou sobre a lei
30 federal 13019 de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a
31 administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua
32 cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, e
33 comunicou que a Diretora do SEITEC, Gislayne Ruiz, apresentará ao CED os
34 entendimentos da SOL. Comentou ainda sobre os repasses feitos as federações em
35 2014, as formas de repasse e exemplificou algumas dificuldades encontradas com
36 relação aos planos de trabalhos e que estão sendo apontados pelo Tribunal de
37 Contas. Desde então, alguns procedimentos mudaram devido as auditorias do Tribunal
38 de Contas. O Secretário antecipou que em conversa com a Presidente Michele, há o
39 interesse em retomar o Fórum Internacional de Esporte, devido à falta de eventos de
40 capacitação no Estado, e que já foi autorizado pela SOL para realização em 2017.
41 Afirmou ainda que o Turismo está num excelente patamar, e que agora é hora do
42 esporte. Que os principais eventos turísticos são impulsionados pelo Esporte e pela
43 Cultura. O Turismo utiliza e “explora” mais o esporte que o próprio Esporte. Por fim o
44 Sr. Secretário agradeceu a todos e colocou a SOL a disposição para dirimir qualquer
45 situação, e disse ainda que estará presente no Esporte, que podem contar com ele,
46 pois o que não conseguirmos resolver vamos procurar quem possa. E solicitou o
47 calendário de reuniões do CED.// Então o Sr. Secretário passou a palavra a
48 Presidente, que agradeceu a presença e a fala do Secretário, e disse que em conversa
49 com o Secretário passou para ele a angústia do CED que não vinha participando das
50 ações do esporte relacionados a SOL, e disse ainda que o CED almejava fazer parte
51 das políticas voltadas ao esporte elaboradas pela SOL e também participar das



ESTADO DE SANTA CATARINA CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE



52 formulações dos próximos programas do SEITEC.// A Presidente então abriu para que
53 os Conselheiros se manifestassem, assim o Conselheiro Marcos Castiel solicitou a
54 palavra e ressaltou a importância da presença do Secretário, e que no caso dele, que
55 é o representante da imprensa, há muitos questionamentos dos esportistas que não
56 tínhamos respostas, pois precisávamos do apoio da SOL. Com a palavra o
57 Conselheiro Nilson Cruz, que deu boas vindas ao Conselheiro Presidente da Fesporte,
58 Milton Cunha, agradeceu o Secretário pelas palavras, pois este é o Filipe que ele
59 conhece, e espera que sejam verdadeiras, que sejam de coração. Passou a palavra ao
60 Conselheiro Frederico Leite, que deu boas vindas ao Conselheiro Milton Cunha, diz ter
61 boas informações dele de Garopaba, o Conselheiro também ressaltou a importância
62 da aproximação do CED com a SOL novamente, comentou também sobre as
63 dificuldades de arrecadação do Estado, porém o esporte não deve ser visto apenas
64 nas modalidades integrantes do JASC. Com a palavra o Conselheiro Roberto
65 Wesoloski, que falou que a atitude do Secretário vir ao encontro do CED é positiva,
66 comentou que deve ter desagradado o Secretário o fato de não ter participado na
67 formação do Conselho, porém acredita que isso deva ser superado. Ele relatou que
68 ouviu muitas críticas do segmento e desta casa em relação ao Secretário, e que uma
69 situação que os desagradam é a questão de mais de 400 processos SEITEC
70 analisados e menos de 5% destes pagos, sendo que o valor aportado em alguns dos
71 grandes eventos pagos pelo SEITEC, a exemplo da Volvo Ocean Race e Ironman,
72 serviria para pagar mais de 50% dos demais projetos cadastrados oriundos de
73 entidades que estão na ponta e fazem verdadeiramente o esporte catarinense. Falou
74 ainda da relevância do Secretário ter comparecido para expor como conduzirá o
75 esporte catarinense, e que deve-se criar uma agenda propositiva para o esporte, pois
76 repetimos um modelo de 30 anos, mas as demandas da sociedade mudaram. O
77 Conselheiro falou ainda da necessidade de se pensar na quantidade de eventos da
78 Fesporte, acredita que deva-se ter menos quantidade e mais qualidade, pois a
79 Fesporte acaba apenas realizando eventos e não consegue fomentar o esporte de
80 outras formas. O conselheiro acredita também que o Estado deve fazer eventos em
81 parceria com as federações, pois assim todos ganham, e diz também que enquanto
82 estado precisamos estar mais próximos do terceiro setor (clubes, associações). Para
83 finalizar o Conselheiro propõe que devemos criar programas com base na
84 meritocracia, como o fomento aos clubes verdadeiramente formadores. Passou então
85 a palavra ao Conselheiro Renato Valvassori, que também deu as boas vindas ao
86 Conselheiro Milton Cunha e disse que Criciúma está à disposição da Fesporte, o
87 conselheiro falou ao Secretário que espera que a partir de hoje comecemos um novo
88 momento no esporte catarinense e se colocou à disposição. Passou então a palavra
89 ao Conselheiro Jeferson Ramos que pontuou a importância da participação do
90 governo do estado no fomento do esporte via Fesporte, informou ainda que a Fesporte
91 realiza 226 eventos ao ano em média, desde o microrregional até a etapa estadual,
92 sendo 5 na área do esporte escolar, 3 no esporte de rendimento e 2 no esporte de
93 participação. Com a palavra o Conselheiro Marcelo Costa, que falou que o fomento ao
94 esporte de base é fundamental para o desenvolvimento do mesmo, afirmou ainda que
95 ninguém quer que o JASC acabe, porém temos que identificar onde está o problema e
96 encontrar o melhor modelo para a nossa realidade.// Como não teve mais inscrições, a
97 Presidente passou para a posse do Conselheiro Presidente da Fesporte Milton José
98 Cunha Junior, o mesmo assinou o livro de posse, e falou da sua formação que é
99 Professor de Educação Física, servidor do estado, disse que veio do “chão de quadra”,
100 que foi diretor de escola e por isso o principal objetivo é incentivar a “ponta da corda”,
101 a base. Pontuou ainda a emoção de uma criança de sair da sua cidade para jogar em
102 outra cidade é indescritível, e que isso traz também regras importantes para a



ESTADO DE SANTA CATARINA CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE

103 educação de uma criança como ter horários para dormir, acordar, comer, jogar entre
104 outros. Falou ainda da grande oportunidade que está tendo em dirigir a Fesporte, e
105 que não decepcionará, que veio para somar. Agradeceu a recepção de todos e disse
106 que a Fesporte está de portas abertas, e finalizou dizendo “O Esporte Transforma”./.
107 Passou ao próximo ponto da pauta que é o entendimento e os desdobramentos da
108 SOL em relação a lei federal 13019/2014 e suas alterações que estabelece o regime
109 jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade
110 civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse
111 público e recíproco, que foi apresentado pela Diretora do SEITEC, Gislayne Ruiz, a
112 mesma cumprimentou a todos os presentes, agradeceu a oportunidade e começou
113 apresentando a lei 13019/2014 como Marco Regulatório das Organizações da
114 Sociedade Civil. Os pontos da apresentação foram: a abrangência da lei que atinge
115 todas as esferas da administração pública direta e indireta em âmbito nacional; alguns
116 instrumentos jurídicos próprios desta lei; a priorização do controle de resultados; as
117 exceções à lei; a questão da transparência que harmoniza o texto da Lei 13.019/2014
118 com a Lei de Acesso a Informação com prazo de 180 dias no qual a administração
119 pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias
120 celebradas e respectivos planos de trabalho após o respectivo encerramento das
121 parcerias (art. 10). Prevê que a Organização da Sociedade Civil - OSC deverá divulgar
122 o instrumento da parceria e o órgão da Administração responsável, o objeto da
123 parceria, a situação da prestação de contas, a remuneração da equipe custeada com
124 recursos públicos e o valor da parceria, quando for o caso (art. 11).; institui o
125 procedimento de manifestação de interesse social, como mecanismo de oitiva da
126 sociedade, incluindo a vedação de que a abertura de chamamento público ou a
127 celebração de parcerias sejam condicionados ao procedimento (art. 21, §3º); propõe
128 conselho com composição paritária para divulgar boas práticas e propor e apoiar
129 políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de fomento e parceria, no
130 âmbito federal e nas demais esferas (art.15).; conceituou a OSC; apresentou alguns
131 requisitos como ficha limpa para organizações e para os dirigentes das entidades e
132 exigência de três anos de existência; chamamento público como regra, a previsão do
133 chamamento público, instituída pelo Decreto 7.568/2011, é trazida a nível legal,
134 privilegiando a transparência e a isonomia no processo de seleção. Há exceções
135 previstas para celebração de parceria sem chamamento público que são elas:
136 -Emendas parlamentares: determina a ausência de chamamento público para
137 celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos
138 decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais. Estas hipóteses
139 não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei. -Dispensa: prevê dispensa do
140 chamamento público nos casos de paralisação ou iminência de paralisação de
141 atividades de relevante interesse público, e nos casos de guerra, calamidade pública e
142 grave perturbação da ordem. Inclui nos casos de atividades voltadas a serviços de
143 educação, saúde e assistência social, desde que executadas por OSC previamente
144 credenciadas pelo órgão gestor da política. -Inexigibilidade: Estabelece a
145 inexigibilidade do chamamento público nas hipóteses de inviabilidade de competição
146 em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem
147 ser atingidas por uma entidade específica, acrescentando que isso se dará
148 especialmente quando a parceria decorrer de lei em que seja identificada
149 expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar de subvenção
150 social, além de quando o objeto da parceria decorrer de incumbência prevista em
151 acordo, ato ou compromisso internacional.; a questão da territorialidade possibilita a
152 limitação geográfica do chamamento, desde que verificada a pertinência e relevância,
153 nos casos de organizações sediadas ou atuantes em determinada unidade da

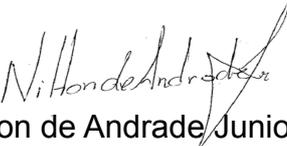


**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE**



154 federação onde será executado o objeto da parceria, bem como por imperativos das
155 políticas setoriais; com relação a formalização e execução foram apresentados os
156 pontos: - Pagamento da equipe do projeto: indicam-se claramente os limites e as
157 condições para que o recurso público possa pagar a equipe da organização que
158 estiver envolvida na execução da parceria, inclusive os encargos sociais incidentes,
159 com previsão no plano de trabalho. - Despesas vedadas e autorizadas: Estabelece a
160 possibilidade de pagamento de custos indiretos administrativos, diárias e outras
161 despesas relacionadas ao objeto da parceria, reconhecendo e autorizando que
162 despesas dessas naturezas previstas no plano de trabalho devem ser arcados pelo
163 recurso público da parceria, gerando mais segurança jurídica e clareza sobre o que
164 pode ou não ser pago com recurso público. Harmoniza a regra de remuneração da lei
165 13.019/2014 com a lei 9.532/1997 e a lei 13.151/2015 (art. 4º da Lei 13.204/15).
166 -Contrapartida: não exige contrapartida financeira, sendo facultada a exigência de
167 contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis, possibilitando o
168 acesso de organizações menores. - Atuação em rede: Permite a execução de forma
169 conjunta por duas ou mais entidades para a execução de iniciativas agregadoras de
170 pequenos projetos, sendo estabelecidas regras e condições para a “organização
171 celebrante” e as “organizações executantes e não celebrantes”.; Necessidade de
172 existência prévia de 05 anos e de capacidade técnica e operacional para supervisionar
173 e orientar a atuação da organização. - Rastreabilidade do processo e gestão dos
174 recursos: Para gerar transparência e permitir o exercício do controle social, prevê-se
175 que todas as etapas da parceria, desde a seleção até a prestação de contas, deverão
176 ser registradas em plataforma eletrônica. A gestão dos recursos será feita em conta
177 específica em instituição financeira pública determinada pela administração pública,
178 isenta a tarifa bancária, com a determinação de que os rendimentos de aplicações
179 financeiras sejam aplicados no objeto da parceria; permite o pagamento em espécie,
180 sem limite no valor, nos casos de demonstrada impossibilidade física de pagamento
181 por transferência bancária. Determina que saldo remanescente seja devolvido em até
182 30 dias após o término da parceria. - Alteração do plano de trabalho: Possibilita a
183 revisão do plano de trabalho da parceria para a alteração de valores ou de metas
184 mediante termo aditivo e acrescenta a possibilidade do apostilamento.; A necessidade
185 de criar a comissão de seleção dos projetos apresentados que, observando os
186 princípios da impessoalidade e da não discriminação, analisará a adequabilidade do
187 mérito dos projetos aos termos do edital de chamamento público, e criar também a
188 comissão de monitoramento e avaliação que acompanhará a execução da parceria,
189 podendo apoiar a sua execução.; com relação a prestação de contas não tem muitas
190 diferenças de como é realizada hoje no SEITEC; e por fim apresentou-se as regras de
191 transição e vigência. Assim finalizou a Sra. Gislayne Ruiz.// Como não houve mais
192 nada para discutir e nenhum inscrito em assuntos gerais, a Presidente encerrou a
193 reunião as vinte e uma horas e cinco minutos, que vai por ela assinada e por mim,
194 Nilton de Andrade Junior, na condição de Secretário – Executivo, após lavrar e datar a
195 presente ata, aprovada por todos os conselheiros, conforme a lista de presença.
196 Florianópolis, 02 de maio de 2016.

197
198
199
200
201
202
203
204


Nilton de Andrade Junior
Secretário Executivo – CED



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE ESPORTE**



205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232

Michele de Souza
Presidente do CED

Filipe Mello
Alvaro Simão Provesi
Claudio Beduschi Antonioli
Frank Fred Utech
Frederico Herondino Leite Neto
Hercilio Paraguassu Antunes de Freitas
Heverton Luiz Magalhães
Jeferson Ramos Batista
Marcelo da Silva Costa
Jefferson Roberto Seeber
Luiz Cesar Abrahão
Marcos Cibelli Castiel
Maria Aparecida Alves
Renato Valvassori
Nilson Roberto Figueiredo Cruz
Milton José Cunha Junior
Rodrigo Goeldner Capella
Roméris Rubens Reiner
Sérgio Vieira Galdino
Roberto Francisco Wesoloski